



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES

DECISÃO MONOCRÁTICA

Apelação Cível nº 0036434-25.2011.815.2001 — 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Relator : Exmo. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Apelante : PBPREV – Paraíba Previdência.

Advogados : Eris Araújo Rodrigues da Silva (OAB/PB nº 20.099), Emanuella Maria de Almeida Medeiros (OAB/PB 18.808) e Vânia de Farias Castro (OAB/PB nº 5.653)

Apelado : Carlos Alberto Silva de Souza

Advogado : Enio Silva Nascimento (OAB/PB nº 11.946)

REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA ILÍQUIDA. CONHECIMENTO DA REMESSA. MILITAR. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. CONGELAMENTO DO ANUÊNIO. POSSIBILIDADE A PARTIR DA MP Nº 185/2012 (CONVERTIDA NA LEI Nº 9.703/2012). SÚMULA 51 DO TJPB. PROVIMENTO PARCIAL DA REMESSA OFICIAL E DO APELO.

— Reveste-se de legalidade o pagamento do adicional por tempo de serviço, em seu valor nominal, aos servidores militares do Estado da Paraíba tão somente a partir da Medida Provisória nº 185, de 25.01.2012, convertida na Lei Ordinária nº 9.703, de 14.05.2012.

Vistos, etc.

Trata-se de Remessa Oficial e Apelação Cível interposta pela **PBPREV – Paraíba Previdência** contra a sentença de fls. 60/63, proferida pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos da Ação de Revisão de Proventos ajuizada por **Carlos Alberto Silva de Souza**, que julgou procedente o pedido, condenando a PBPREV – Paraíba Previdência à atualização do anuênio e adicional de inatividade, bem como para **CONDENAR** o Estado da Paraíba ao pagamento realizado a menor, referentes ao período não prescrito, compreendido nos cinco anos que antecedem o ajuizamento da causa, até a efetiva implantação dos valores corretos, devendo incidir atualização monetária uma única vez até o efetivo pagamento pelos índices oficiais aplicados à caderneta de poupança, o que faço com base na Lei Complementar nº. 50/03 c/c art. 269, I, do CPC. Honorários advocatícios pela promovida, arbitrados em 20% (vinte pro cento) sobre o valor da condenação.

A PBPREV, em suas razões recursais de fls. 84/90, suscitou que o congelamento dos anuênios, com base na Lei Complementar Estadual nº 50/03, também seria aplicável aos militares e não feriria direito adquirido, haja vista o entendimento jurisprudencial no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico de remuneração.

Contrarrazões às fls. 93/98.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça opinou pelo prosseguimento da apelação e da remessa, sem manifestação de mérito, porquanto ausente, neste ponto, interesse que recomende a sua intervenção (fls. 107/109).

É o relatório. Decido.

Cumprе ressaltar, ademais, que o recurso apelatório da PBPREV e a remessa oficial serão analisados conjuntamente, tendo em vista que os argumentos deduzidos se referem unicamente à matéria de direito.

DA REMESSA OFICIAL

Nos termos da Súmula 490 do STJ, quando a sentença for ilíquida, deve ser conhecida a remessa.

Súmula 490 – A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.

Portanto, **conheço da remessa oficial.**

Depreende-se dos autos ter o autor/apelado ajuizado a presente ação, relatando que, de acordo com a Lei Estadual nº 5.701/93 tem direito a receber os “anuênios” sobre a parcela “soldo”, no entanto, por uma interpretação errônea do art. 2º da Lei Complementar nº 50/2003, foram congelados os adicionais e gratificações dos servidores públicos civis, sendo tal entendimento aplicado também aos militares, os quais não foram incluídos na LC nº 50/2003, por fazerem parte de uma categoria especial.

Explicou, ainda, ser o policial militar regido pelo Estatuto da Polícia Militar e o art. 1º da LC nº 50/2003 diferencia o servidor público civil do militar, de forma que não deve haver congelamento do anuênio para os militares.

O magistrado *a quo*, a seu turno, julgou procedente o pedido, condenando a PBPREV – Paraíba Previdência à atualização do anuênio e adicional de inatividade, bem como para CONDENAR o Estado da Paraíba ao pagamento realizado a menor, referentes ao período não prescrito, compreendido nos cinco anos que antecedem o ajuizamento da causa, até a efetiva implantação dos valores corretos, devendo incidir atualização monetária uma única vez até o efetivo pagamento pelos índices oficiais aplicados à caderneta de poupança, o que faço com base na Lei Complementar nº. 50/03 c/c art. 269, I, do CPC. Honorários advocatícios pela promovida, arbitrados em 20% (vinte pro cento) sobre o valor da condenação.

Pois bem. Dispõe o art. 2º da LC nº 50/2003:

Art. 2º “É mantido o valor absoluto dos adicionais e gratificações percebidos pelos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo no mês de março de 2003”.

Parágrafo único – Excetua-se do disposto no “caput” o adicional por tempo de serviço, cuja forma de pagamento permanece idêntica à praticada no mês de março de 2003.

A partir de uma análise do supracitado dispositivo, percebe-se ter o **caput do art. 2º congelado os adicionais e gratificações percebidos pelos servidores civis, pois**

determinou a manutenção de seu valor absoluto, todavia, o parágrafo único excetua dessa regra o adicional por tempo de serviço, determinando que sua “*forma de pagamento permanece idêntica à praticada no mês de março de 2003*”.

Vale lembrar, contudo, ser a Lei Complementar nº 50/2003 destinada ao servidor público da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, não alcançando os servidores militares, que são regidos por norma especial.

Sobre o tema, José dos Santos Carvalho Filho (*in* Manual de Direito Administrativo, 23ª edição, editora Lumen Juris: 2010, pág. 645) afirma: “*nunca é demais lembrar que, havendo dois grupos de servidores com normas constitucionais específicas, deverá haver, como há, estatutos infraconstitucionais também apropriados para cada um deles*”.

Explica, ainda, que os servidores estatutários “*podem ser divididos em duas subcategorias: 1ª servidores do regime geral, aqueles que se submetem ao regime geral contido no estatuto funcional básico; 2ª servidores de regime especial, aqueles em que o estatuto funcional disciplinador se encontra em lei específica*”.

No caso em tela, o art.12 da Lei Estadual nº 5.701/93 diferencia o servidor civil do militar, não os colocando na mesma categoria. Vejamos:

“Art. 12. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de um por cento por ano de serviço público, inclusive o prestado como servidor civil, incidindo sobre o soldo do posto ou graduação a partir da data em que o servidor completar 2 (dois) anos de efetivo serviço.

Parágrafo único. O servidor militar estadual, quer na ativa, quer na inatividade, fará jus ao adicional de que trata este artigo a partir do mês em que completar cada anuênio, computados até a data de sua passagem à inatividade”.

Outro, aliás, não é o entendimento que se extrai do art.1º da LC nº 50/03:

“Art.1º. O menor vencimento dos servidores públicos efetivos e dos estáveis por força do disposto no art. 19 do ADCT, da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e o menor soldo dos servidores militares será de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).”

No artigo 2º da LC nº 50/03 não há nenhuma referência aos militares, sendo assim, não se pode aplicar à mencionada categoria as regras contidas nesse dispositivo, logo, **não há que se falar em qualquer tipo de congelamento de anuênios dos militares a partir de 2003.**

Ademais, a diferenciação das categorias, servidor público civil e servidor público militar, não é recente, consoante podemos notar pelo art. 3º do Estatuto da Polícia Militar (Lei nº 3.909/77): “*os integrantes da Polícia Militar da Paraíba em razão da destinação constitucional da corporação e, em decorrência das leis vigentes, constituem uma categoria especial de servidores públicos estaduais e são denominados policiais militares*”.

Outrossim, como já se ressaltou, o referido estatuto afirma, em seu art. 52, que “*a remuneração dos policiais militares (...) é devida em bases estabelecidas em lei peculiar*”.

Portanto, com base nas normas acima transcritas, podemos notar que, sendo os policiais militares servidores de regime especial, com estatuto próprio, não são

abrangidos pelas normas direcionadas aos servidores públicos civis, devendo, portanto, ser concedida a atualização pleiteada, nos termos do art. 12 da Lei nº 5.701/93.

Com a edição da MP nº 185/12 (publicada no Diário Oficial do dia 27 de janeiro de 2012), convertida na lei nº 9.703/2012, houve a inclusão dos militares em relação à forma de pagamento dos anuênios.

O art. 2º, § 2º da mencionada medida provisória dispõe:

art. 2º Fica ajustado, em 3% (três por cento), o vencimento dos servidores públicos estaduais ocupante de cargos ou empregos públicos de provimento efetivo, dos estáveis por força do disposto no art. 19 do ADCT e dos servidores contratados na forma do art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como os soldos dos servidores militares estaduais e o salário dos empregados das empresas estatais dependentes, com o mesmo índice.

(...)

§ 2º A forma de pagamento do adicional estabelecida pelo parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 50/2003 fica preservada para os servidores públicos civis e militares

A partir de uma análise do supramencionado parágrafo 2º, percebe-se que a forma do pagamento do adicional por tempo de serviço estabelecida no parágrafo único do art. 2º da LC nº 50/2003 fica preservada para os servidores civis e militares.

Assim, somente é legal o congelamento do anuênio, em seu valor nominal, a partir da MP nº 185, convertida na Lei nº 9.703/2012, a teor do que dispõe a **súmula 51 do TJPB**:

Reveste-se de legalidade o pagamento do adicional por tempo de serviço, em seu valor nominal, aos servidores militares do Estado da Paraíba tão somente a partir da Medida Provisória nº 185, de 25.01.2012, convertida na Lei Ordinária nº 9.703, de 14.05.2012.

Importante destacar que a redação da súmula foi mantida na questão de ordem formulada no Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 2000728-62.2013.815.0000, de relatoria do Des. José Aurélio da Cruz, cujo trânsito em julgado ocorreu em 14/04/2017. Cumpre observar que merece reparo a sentença apenas no tocante ao marco para possibilidade de congelamento, já que, conforme Súmula nº 51 do TJPB, deve ser a partir da MP nº 185/12.

Ante o exposto, **dou provimento parcial aos recursos oficial e apelatório**, apenas para determinar que o pagamento das diferenças dos anuênios deve observar o período correspondente entre o ajuizamento da ação e a entrada em vigor da MP nº 185 (25/01/2012), bem como o prazo prescricional quinquenal, mantendo a sentença em seus demais termos.

P. I.

João Pessoa, 28 de maio de 2018.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
Relator